



CRAQUE DO AMANHÃ - ESPORTE, ESCOLA E FAMÍLIA.

INTRODUÇÃO

O Brasil possui uma das legislações mais avançadas do mundo no que concerne à defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. A Lei nº 8069/90, que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente – foi qualificada pela UNICEF¹ como um dos instrumentos legislativos mais avançados do mundo, é o ponto alto desta legislação. Em que pese os avanços observados após o advento da legislação em tela, ainda existem muitas lacunas, no que concerne aos direitos das crianças e dos adolescentes, que precisam ser preenchidas e onde a ação do Estado deve avançar.

Com o Estatuto, crianças e adolescentes passaram ao status de sujeitos de direitos, em igualdade de condições com todos os demais cidadãos, à exemplo do que já deixava claro o art.5º, caput e inciso I da Constituição Federal brasileira, onde se observa a seguinte redação: "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros (...) a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança, à propriedade, nos seguintes termos:", e "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição".

São assegurados e devem ser garantidos às crianças e adolescentes, como sujeitos de direitos, o conjunto de direitos fundamentais: o direito à vida e à saúde; o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade; o direito à convivência familiar e comunitária; o direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer; o direito à profissionalização e à proteção ao trabalho.

Observa-se, entretanto, que as crianças e adolescentes ainda sofrem o impacto das desigualdades sociais, diferenças essas que são manifestadas em problemas como miséria, violência, desemprego, desnutrição, fome, trabalho infantil, exploração sexual, mortalidade infantil, evasão escolar, educação de baixa qualidade e drogadição.

¹ Fundo das Nações Unidas para a Infância

Para o ano de 2020, no Brasil, é prevista uma população de 43,3 milhões de pessoas entre 10 a 24 anos, fato que constitui um contingente significativo, mesmo com a redução absoluta em relação ao ano 2000.

Vale destacar que existe uma dicotomia entre as áreas mais nobres e as periferias dos grandes centros urbanos brasileiros: enquanto algumas crianças e adolescentes desfrutam dos benefícios do desenvolvimento, outras são impactadas diretamente pela falta de infraestrutura, pela precariedade de serviços públicos, pela violência e pelos baixos níveis de renda. Importa desse modo, observar e compreender que a pobreza é um fenômeno complexo e multidimensional, não se trata apenas da falta de acesso à renda.

Urge a necessidade do desenvolvimento de estratégias que considerem a complexidade de tal situação e que sejam capazes de garantir a consecução dos direitos previstos para as crianças e adolescentes brasileiros.

Como exposto anteriormente, o acesso ao esporte e ao lazer é um direito de todas as crianças e adolescentes brasileiros. Além disto, o esporte pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida das crianças e adolescentes e facilitar o pleno desenvolvimento de meninos e meninas, podendo ainda fomentar mudanças de comportamentos sociais. (CEDECA, 2014).

Estatísticas apontam que existem diversas lacunas para a efetivação do direito ao esporte e ao lazer no Brasil. O esporte é na maioria dos municípios brasileiros tratado em conjunto com outras políticas e menos da metade possui políticas de lazer para crianças e adolescentes. Observa-se ainda que a precariedade ainda marca a maior parte das escolas brasileiras, no que tange à infraestrutura para a prática do esporte e do lazer. E destaque-se que as políticas de esporte no Brasil concentram grande parte do seu investimento no esporte de alto rendimento.

Na perspectiva do esporte como prática para o desenvolvimento social, o mesmo assumiu novas funções que vão além da educação física, bem estar, saúde ou entretenimento. Sem perder suas dimensões tradicionais, o esporte nos dias de hoje, é reconhecido como fator de formação de cidadania, respeito aos Direitos Humanos, inclusão social e combate à violência, contribuindo

decisivamente para a formação de uma cultura de paz e assim para o enfrentamento das questões anteriormente apresentadas.

O Projeto Craque do Amanhã se configura como uma resposta a tais demandas. Trata-se de projeto realizado por meio da Lei de Incentivo ao Esporte na modalidade educacional, financiado pela Ampla e operacionalizado pelo CIEDS – Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável, desde 2012. Visa fomentar o desenvolvimento integral (físico, psicológico e social) e a melhoria da qualidade de vida de duzentas crianças e adolescentes, na faixa etária compreendida entre 09 e 18 anos, residentes no município de São Gonçalo, estado do Rio de Janeiro.

Temos como principal objetivo com esse artigo investigar a utilização do esporte educacional como ferramenta para promoção do desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.

Desse modo, pretende-se com esse artigo responder às seguintes questões: a) de que forma projetos sócio esportivos podem contribuir para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes? b) que outros resultados podem ser alcançados por meio de ações sócio esportivas?

Finalmente, cabe apontar o recorte e os limites dessa comunicação: de nenhuma forma pretende-se esgotar a discussão acerca da contribuição do esporte para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes e tampouco generalizar os resultados aqui encontrados. A presente comunicação focaliza-se no projeto Craque do Amanhã, enquanto experiência de esporte educacional, e de que modo o projeto contribui para o desenvolvimento integral de seus participantes.

METODOLOGIA DE PESQUISA

Conforme aponta Gil (1991), podemos “definir pesquisa como um procedimento racional e sistemática que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos” (p.17).

Para Marcone e Lakatos (2001, p.43):

A pesquisa pode ser considerada um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais. Significa muito mais do que apenas a verdade: é encontrar respostas para questões propostas, utilizando modelos científicos.

Trata-se de uma pesquisa exploratória, tendo como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito e possibilitando a construção de hipóteses. (GIL, 2007).

Sob o ponto de vista da forma de abordagem, a pesquisa será do tipo qualitativo, com base em estudo de caso único, sendo utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: revisão bibliográfica sobre o problema de pesquisa; leitura e análise de material institucional e registros da organização executora do projeto relacionados ao tema em estudo; entrevistas semiestruturadas com participantes do projeto, equipe técnica e pais/responsáveis; e observação participante.

A apresentação dos dados e resultados apurados baseia-se no modelo metodológico de estudo de caso, que de acordo com a definição de Yin (1990, p. 13) parece ser o mais adequado para o problema em questão:

O estudo de casos é uma forma de se fazer pesquisa social empírica ao investigar-se um fenômeno atual dentro do seu contexto de vida-real, onde as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e na situação em que múltiplas fontes de evidência são usadas.

Observe-se que considerando a metodologia utilizada algumas limitações são dadas, sendo assim não será possível a generalização dos resultados aqui obtidos.

DESENVOLVIMENTO INTEGRAL E ESPORTE EDUCACIONAL

Cada indivíduo aprende a ser um homem. O que a natureza lhe dá quando nasce não basta para viver em sociedade. É lhe preciso adquirir o que foi alcançado no decurso do desenvolvimento histórico da sociedade humana. (LEONTIEV, 1978, p.267).

O Estatuto da Criança e do Adolescente considera criança a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

É inegável os avanços da legislação brasileira no que concerne às crianças e aos adolescentes, entretanto, a realidade brasileira ainda possui diversos desafios. Dados da UNICEF apontam que:

As crianças são especialmente vulneráveis às violações de direitos, à pobreza e à iniquidade no País. Por exemplo, 29% da população vive em famílias pobres, mas, entre as crianças, esse número chega a 45,6%. As crianças negras, por exemplo, têm quase 70% mais chance de viver na pobreza do que as brancas; o mesmo pode ser observado para as crianças que vivem em áreas rurais. Na região do Semiárido, onde vivem 13 milhões de crianças, mais de 70% das crianças e dos adolescentes são classificados como pobres.²

Rizinni et all (1999), destacam que uma das grandes questões que assolam a sociedade brasileira é o crescente processo de segregação social. Os autores apontam que em pese serem observados avanços significativos em questões relacionadas à cidadania e aos direitos, ainda existem muitas lacunas e diferenças entre os mundos nos quais vivem as populações de baixa renda e as mais ricas. Asseveram ainda que tal questão é ainda mais grave e complexa quando relacionada à crianças e adolescentes, haja vista que esses têm cada vez menos oportunidade de convivência e interação.

O Relatório da UNICEF sobre a situação da adolescência brasileira em 2011 ressalva que:

Enquanto nas grandes cidades alguns vivem os benefícios do desenvolvimento, meninos e meninas que moram nas comunidades dos centros urbanos enfrentam um cotidiano marcado por dificuldades: estão especialmente vulneráveis a violência e à entrada precoce no mundo do trabalho, os serviços de infraestrutura e saneamento em suas comunidades são precários ou inexistente, suas condições de moradia, são muitas vezes insalubres e expostas a incêndios e deslizamentos. (p.70)

² Dados extraídos do site da UNICEF, disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/activities.html> . Acesso em 22.Jun.2014

E continua apontando que:

Faz-se urgente, portanto, superar essas vulnerabilidades e desigualdades que afetam o desenvolvimento pleno dos adolescentes para que o Brasil aproveite este momento único de sua história para transformar a vida desses meninos e meninas, suas famílias, suas comunidades, a Nação, como um todo.[...] Essas estratégias devem levar em consideração a complexidade dos fenômenos que afetam os adolescentes e ser capazes de oferecer respostas inovadoras e multissetoriais. [...] Portanto, políticas públicas nas áreas da educação, da saúde, da proteção especial, do esporte, lazer e cultura, que promovam e assegurem o direito de ser adolescente. (p. 73).

O desenvolvimento do ser humano é ininterrupto e gradativo e obedece a certa ordem e regularidade, devido a tal processo contínuo é que se pode afirmar que uma fase da vida influencia as fases posteriores, de modo que a infância influencia a adolescência, a adolescência influencia a juventude e assim consecutivamente.

Piaget, psicólogo suíço interacionista³, declara que o desenvolvimento é resultado de um intercâmbio dinâmico e ativo entre uma criança e seu ambiente. Ressalta ainda que a velocidade e a intensidade do processo de desenvolvimento não são as mesmas ao longo de todo o processo. O processo de desenvolvimento é rápido na primeira infância, depois se torna lento, volta a ser rápido durante o surto de crescimento pré-pubertário, e lento na adolescência; acontece um nivelamento final aos 18 e 19 anos até os 20 e poucos.

Bronfenbrenner (1989, p. 191) define o desenvolvimento humano como "o conjunto de processos através dos quais as particularidades da pessoa e do ambiente interagem para produzir constância e mudança nas características da pessoa no curso de sua vida".

Nessa perspectiva, o autor assevera que o homem vive em contextos não homogêneos e que é no curso da diversidade das relações que vivencia que se dá o seu processo de desenvolvimento. Assim, segundo o autor, o contexto privilegiado para o desenvolvimento é aquele em que a pessoa envolve-se em ações coletivas cada vez mais complexas contando com a

³ Considera que elementos biológicos e sociais não podem ser dissociados no processo de desenvolvimento humano. O desenvolvimento humano se dá numa rede de relações, num jogo de interações em que diferentes papéis complementares são assumidos e atribuídos pelos e aos vários participantes.

orientação e o acompanhamento de outras pessoas que estejam comprometidas com o seu bem estar e com as quais possa estabelecer relações afetivas positivas.

Assim, Guará (2009), fazendo uma análise sobre a teoria de Bronfenbrenner, destaca quanto ao desenvolvimento da criança que:

Enfim, o efetivo processo de desenvolvimento da criança, segundo essa teoria, requer que existam políticas e programas que possam dar-lhe estabilidade, condições e reconhecimento de todas as instâncias anteriores, incluindo-se as políticas econômicas e os valores sociais das instituições pelas quais ela circulará em direção a seu futuro. (p. 73)

Importa ainda destacar o papel fundamental da família nos processos de desenvolvimento da criança e do adolescente, bem como a relevância de políticas que a consideram inseridas nesse processo:

Não resta dúvida de que a situação de bem-estar das crianças e dos adolescentes encontra-se diretamente relacionada à possibilidade de manterem um vínculo familiar estável. (...) A promoção e o apoio às famílias, sobretudo àquelas em situação mais vulnerável, e o reconhecimento das mesmas enquanto agente social ativo e objeto de políticas públicas, constituem-se em fatores decisivos na busca dos objetivos prioritários do desenvolvimento humano, tais como a eliminação da pobreza, o acesso à saúde, a educação e a alimentação, a erradicação do trabalho infantil, a promoção da igualdade entre gêneros e a proteção integral a seus membros, das crianças aos mais idosos. (KALOUSTIAN, 1994, p. 9).

É no bojo dessa discussão que emerge as práticas e metodologias de educação integral. Gonçalves (2006), tratando da definição de educação integral, destaca que:

O conceito mais tradicional encontrado para a definição de educação integral é aquele que considera o sujeito em sua condição multidimensional, não apenas na sua dimensão cognitiva, como também na compreensão de um sujeito que é sujeito corpóreo, tem afetos e está inserido num contexto de relações. Isso vale dizer a compreensão de um sujeito que deve ser considerado em sua dimensão biopsicossocial. Acrescentamos, ainda, que o sujeito multidimensional é um sujeito desejante, o que significa considerar que, além da satisfação de suas necessidades básicas, ele tem demandas simbólicas, busca satisfação nas suas diversas formulações de realização, tanto nas atividades de criação quanto na obtenção de prazer nas mais variadas formas. (p. 130).

Na esteira desse entendimento, podemos compreender que o desenvolvimento integral é aquele que considera a pessoa em sua multidimensionalidade (aspectos biológicos, psicológicos, cognitivos, comportamentais, afetivos, relacionais, valorativos, sexuais, éticos, estéticos, criativos, artísticos, ambientais, políticos, tecnológicos e profissionais) inserido num contexto complexo de suas diversas relações.

Betti (1998) destaca que o esporte possibilita por meio da prática e da reflexão a construção de uma ética de saúde global. Aponta que o esporte é um instrumento de emancipação para homem moderno, na medida em que conecta a função biológica de preservação da saúde e a função sociocultural de comunicação e expressão. Assevera que: “o esporte é o fenômeno sociocultural mais importante da nossa época, e é tão urgente aprender e posicionar-se diante dele quanto em relação aos meios de comunicação de massa”. (BETTI, 1998, p. 25-26).

A trajetória de mudanças em relação às funcionalidades do esporte vem sendo percorrida de forma gradativa, porém constante. De acordo com Tubino e Maynard da Silva, “o esporte, como um dos fenômenos mais marcantes da transição do século XX para o século XXI, teve, na Carta Internacional de Educação Física e Esporte (UNESCO / 1978), o seu marco de mudança de paradigma”. Até então restrito ao marco do esporte de rendimento, o esporte passa a ser compreendido como um direito de todos, incluindo o esporte na escola, o esporte-lazer e o esporte de desempenho, incluído no sistema educativo e na vida social.

No que concerne à efetivação do direito ao esporte e lazer, no Brasil, para crianças e adolescentes, as lacunas são ainda maiores, dados da Pesquisa de Informações Básicas sobre os Municípios de 2009, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que:

- 83,2% dos municípios brasileiros possuem alguma política de esporte contemplada na lei orgânica;

Entretanto:

- apenas 17,4% dos municípios brasileiros possuem secretaria de esporte e lazer exclusivas; em outros 68,7% as políticas de esporte e lazer ainda são tratadas em conjunto com outras políticas;

- apenas 11,2% dos municípios brasileiros possuem conselho municipal de esportes;

- apenas 42,8% dos municípios no País possuíam políticas de lazer para crianças e adolescentes, uma clara violação de direitos.

Insta pontuar que no Brasil as políticas públicas de esporte têm se concentrado no esporte de alto rendimento, evidência disso pode ser extraída de dados relativos à Lei de Incentivo ao Esporte do Governo Federal, que prevê a utilização de recursos oriundos da dedução da tributação que incide sobre o lucro real de empresas (1%) e pessoas físicas (6%). A tabela a seguir demonstra os projetos aprovados para captação no ano de 2014.

TABELA 01 – PROJETOS EM FASE DE CAPTAÇÃO POR MEIO DA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE

Modalidade	Nº de Projetos Aprovados	% em relação ao número de projetos aprovados	Recursos aprovados para captação	% em relação ao valor aprovado
Rendimento ⁴	62	63,92%	R\$ 89.145.630,38	64,08%
Educacional ⁵	20	20,62%	R\$ 31.724.325,91	22,80%
Participação ⁶	15	15,46%	R\$ 18.245.301,44	13,12

⁴ Desporto de rendimento, praticado segundo regras nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados, integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações. (Art. 4º, inciso III, Dec. 6.180/07)

⁵ Desporto educacional, cujo público beneficiário deverá ser de alunos regularmente matriculados em instituição de ensino de qualquer sistema, nos termos dos arts. 16 a 20 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, evitando-se a seletividade e a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer. (Art. 4º, inciso I, Dec. 6.180/07)

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do Ministério dos Esportes, disponível em: <http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/secretaria-executiva/lei-de-incentivo-ao-esporte/projetos-aprovados-aptos-a-captacao> Acesso em 22.06.2014

A perspectiva do esporte como direito de todos proporciona um caráter muito mais abrangente e com caráter fortemente social. A Organização das Nações Unidas defende que o esporte pode desempenhar importante papel no desenvolvimento de pessoas e países, não apenas na complementação de políticas públicas de educação e saúde, mas também na promoção do desenvolvimento e na propagação de uma cultura de paz. Em discurso enquanto ainda Secretário-Geral da ONU, Kofi Anan destacou que o esporte pode ser “uma poderosa força para trazer benefícios às vidas de povos devastados pela guerra e pela pobreza, em especial as crianças”. Essa percepção levou as Nações Unidas a adotar, em 2003, uma resolução intitulada “*Sport as a means to promote education, health, development and Peace*”⁷, que se tornou documento-base para a definição do ano de 2005 como o Ano Internacional do Esporte e da Educação Física.

Tubino (2006) caracteriza o esporte em três dimensões, quais sejam: esporte-educação, esporte-lazer e esporte de desempenho. Segundo o autor, o esporte-educação é aquele que possui caráter formativo; o esporte-lazer visa o prazer dos seus participantes; e o esporte de desempenho é aquele institucionalmente formalizado que obedece a um conjunto de regras. O autor ainda propõe uma subdivisão do esporte-educação: entre esporte educacional e esporte escolar.

A tabela a seguir apresenta as distinções das manifestações do esporte trabalhadas por Tubino em suas pesquisas.

⁶ Desporto de participação, caracterizado pela prática voluntária, compreendendo as modalidades desportivas com finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente. (Art. 4º, inciso II, Dec. 6.180/07)

⁷ O Esporte como meio para promoção da educação, saúde, desenvolvimento e paz.

TABELA 02 – CARACTERÍSTICAS DAS MANIFESTAÇÕES ESPORTIVAS

Esporte-educação	Esporte Educacional	Participação, cooperação, coeducação, corresponsabilidade e inclusão.	Formação da cidadania e estilo de vida ativo.	Regras adaptadas aos princípios estabelecidos e premiação adaptada às premissas educativas; destinados a crianças, adolescentes e jovens, dentro e fora da escola.
	Esporte Escolar	Desenvolvimento esportivo e desenvolvimento do espírito esportivo.	Desenvolvimento dos jovens mais aptos ao esporte, sem perder de vista a formação para a cidadania.	Regras formais da entidade, valorização da educação integral e de competições esportivas em dosagens adequadas; destinado a jovens com mais habilidades esportivas.
Esporte-lazer	Esporte de lazer, de manifestação ou de tempo livre.	Participação, prazer e inclusão.	Entretenimento e vida ativa (saúde).	Regras normais das entidades (federações), criadas ou adaptadas às circunstâncias; pode ser praticado sem adversários (ex.: ciclismo, skate, etc.); destinado a todas as pessoas, independentemente da faixa etária.
Esporte de desempenho ou rendimento	Esporte de rendimento ou de alto rendimento.	Rendimento, superação e desenvolvimento esportivo.	Vitórias, sucessos, conquistas, recordes, prêmios e valorização pessoal.	Regras oficiais e institucionalizadas; muitas vezes praticado profissionalmente; dirigido por entidades como confederações e federações; destinado principalmente a talentos esportivos de biótipos adequados a cada modalidade.

Fonte: TUBINO (2006) apud “O esporte como possibilidade de desenvolvimento”. – Brasília: UNESCO, Fundação Vale, 2013. 30 p. – (Cadernos de referência de esporte; 7), p. 10.

No contexto desse trabalho, nos deteremos no conceito de esporte educacional. Barbieri (2001) apresenta o esporte educacional como possibilidade de restauração do homem, valorizando os significados de participação, de totalidade, de coeducação, de emancipação, de cooperação, de

solidariedade, de integração, de liberdade, de autonomia e de preservação da identidade cultural e o define como:

(...) um dos sentidos atribuídos ao esporte que, como uma atividade humana – mediante o desenvolvimento integral do ser humano, de sua individualidade e de sua socialização, da preservação de sua saúde, do desenvolvimento da autoestima, do autoconhecimento e do fazer-se no mundo – se manifesta nos sistemas formais de ensino como fora deles, tendo como seus princípios constitutivos a totalidade, a cooperação, a participação, a coeducação, o regionalismo e a emancipação, e como última finalidade a formação do homem e da cidadania. (p. 144)

No Brasil, a definição de Esporte Educacional consta da Lei Pelé (Lei 9.615/1998):

“voltado para a formação integral do ser humano, sendo a prática esportiva não uma ferramenta, mas sim um fator de desenvolvimento global que promova uma leitura crítica do mundo em que o sujeito está inserido. Diferentemente do que ocorre em relação às outras duas dimensões, aqui o praticante é denominado aluno, e não atleta. Embora não faça parte dos objetivos do esporte educacional à padronização gestual/técnica/motora, assim como a dimensão do rendimento, esta dimensão do esporte é caracterizada pela sistematização, intencionalidade e pelo compromisso com alguns resultados, neste caso, no campo educacional. Vale lembrar que, embora a performance motora não seja o objetivo central do esporte educacional, esta dimensão não desconsidera a importância de ensinar “bem” esporte.”

A UNICEF no Guia de Orientação para os Municípios do Semiárido – Esporte e Cidadania destaca cinco princípios do esporte educacional, sendo eles:

TABELA 03 – PRINCIPIOS DO ESPORTE EDUCACIONAL

Inclusão de Todos	Todas as crianças e adolescentes, independentemente de sexo, classe social, ou quaisquer outras características, devem ter garantida a oportunidade de participar.
Construção Coletiva	Participantes, professores, gestores, pais e responsáveis devem ser envolvidos nos processos de planejamento, implementação e avaliação das ações.

Respeito à diversidade	Importa observar e valorizar as diferenças de todos os participantes como elemento agregador e fomentador de novas possibilidades, enriquecendo os processos. Ter o respeito à diferença e ao outro em sua integralidade como ponto de partida.
Autonomia	Contribuir para uma educação emancipatória por meio da difusão do empoderamento individual e do protagonismo sobre sua própria vida, estimulando o aprendizado de fazer escolhas e de decidir acerca de quais os melhores caminhos a percorrer.
Educação Integral	Compreender a criança e o adolescente em sua dimensão integral: corpo e mente. Reconhecendo os diversos espaços do território como potenciais educadores.

Fonte: Elaboração própria, com base em Guia de Orientação para os Municípios do Semiárido – Esporte e Cidadania – UNICEF (2011), disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/br_esporte_guia_sab.pdf Acesso em 22.06.2014

A UNICEF justifica as motivações para a implementação de ações de esporte educacional, considerando que essas:

(a) fazem bem a saúde e estimulam a aprendizagem; (b) ampliam seu universo cultural; (c) desenvolvem suas potencialidades; (d) estimulam hábitos e estilos de vida saudável; (e) possibilitam o aprendizado de diversas maneiras de leitura do mundo; (f) favorecem o relacionamento social e pessoal; (g) proporcionam condições para uma vida com mais qualidade.⁸

Em que pesem todas as considerações sobre os benefícios da prática esportiva, faz-se necessário destacar o apontamento de alguns autores quanto aos benefícios do esporte para o desenvolvimento da pessoa. Brohm⁹ (1982) faz uma crítica radical ao esporte nas modernas sociedades, para o autor o sistema esportivo é uma mimese do sistema capitalista. O autor passa a entender o esporte como um fomento a ideologia da “competição permanente”, que cumpre nas

⁸ Esportes Educativos para a cidadania e o desenvolvimento social, disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/br_cartilha_unicef_formacao.pdf Acesso em 10.08.2014.

⁹ O autor cunhou juntamente com Bero Rigauer a Teoria Crítica do Esporte (TCE).

sociedades atuais um triplo papel: (a) a reprodução de valores burgueses, como a hierarquia, subserviência e obediência; (b) propagação de uma cultura de competição e recordes; e (c) fomento aos temas da ideologia burguesa, como o mito do super-homem, o individualismo e o sucesso.

Vaz e Torri (2005) fazendo uma alusão a Teoria Crítica do Esporte esclarecem que:

A Teoria Crítica do Esporte não desejava, então, criticar o esporte “capitalista”, ou mesmo ocidental, mas sim as condições que faziam com que ele acontecesse, sua lógica de dominação e repressão, a alienação por ele reforçada. (...) Em sua tese central, a Teoria Crítica do Esporte tenta demonstrar como o esporte é forjado como parte integrante da sociedade capitalista, isto é, sua completa afinidade com o trabalho alienado: as mesmas estruturas que regem o trabalho na sociedade capitalista também determinariam o desenvolvimento esportivo, ambos ancorados no princípio do rendimento. (p. 1)

Martins et all (2002) ao fazer uma síntese dessa corrente destacam que:

podemos dizer que a socialização através do esporte escolar pode ser considerada uma forma de controle social, pela adaptação do praticante aos valores e normas dominantes como condição alegada para a funcionalidade e desenvolvimento da sociedade. Um dos papéis que cumpre o esporte escolar em nosso país, então, é o de reproduzir e reforçar a ideologia capitalista. Assim, como vimos, realmente o esporte educa. Mas, educação aqui significa levar o indivíduo a internalizar valores, normas de comportamento, que lhe possibilitarão adaptar-se à sociedade capitalista. Em suma, é uma educação que leva ao acomodamento, e não ao questionamento. (p. 3);

Vaz e Torri (2005) apontam ainda que:

os discursos sobre essas teorias não são de modo nenhum unívocos, mas sim encerram contradições que estão presentes em todo fenômeno social. O esporte é um destes e nesse caso merece atenção especial por levantar tanta dúvidas e discussões. (p. 1)

Guedes et all (2006) apontam que se multiplicam no cenário brasileiro nas últimas décadas experiências, capitaneadas por organizações não governamentais (ONGs), organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs), empresas privadas e até pelo próprio poder público, que utilizam o esporte como mote para promoção do desenvolvimento visando atingir crianças e

jovens em situação de vulnerabilidade social. Os autores apontam que a literatura sobre a temática ainda é muito escassa, sendo imperiosa a condução de pesquisas nesse sentido: “esforços analíticos no sentido da produção de mapeamentos e tipologias, que permitam ultrapassar abordagens fragmentadas, possibilitem a exploração de dimensões comparativas e situem os estudos de caso ou etnográficos em contextos mais amplos.” Entretanto, apontam que:

(...) mesmo uma visão assistemática destes projetos sociais permite afirmar que os esportes, de uma maneira geral, e o futebol, em particular, têm sido pensados como estratégias privilegiadas para alcançar as crianças e jovens. São, em muitos casos, estratégia exclusiva enquanto, em outros casos, atividades esportivas aparecem associadas a atividades profissionalizantes ou atividades extensivas ou complementares à escolarização formal. (GUEDES et al, 2006, p. 2).

Os autores justificam a proliferação de projetos sociais esportivos tendo em vista uma valorização difusa da educação como único mecanismo disponível para superação das enormes desigualdades sociais da sociedade brasileira combinada a uma visão de uma escola pública de pouca qualidade e à ausência de políticas públicas eficazes ligadas ao esporte.

ESTUDO DE CASO

O projeto Craque do Amanhã não é uma escolinha de futebol. É um projeto social que desenvolve ações de impacto nas esferas familiar, escolar e esportiva, numa perspectiva de formação integral do jovem.¹⁰

A Cidade de São Gonçalo está situada na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, com uma área territorial de 247,709 km², é considerada uma das maiores áreas de concentração populacional do Estado, com aproximadamente 999.728 habitantes segundo dados do IBGE/2010, possuindo a terceira maior população do Estado do Rio de Janeiro, desses 22,63% possuem entre 05 e 19 anos de idade.

¹⁰ Cartilha Metodológica – Craque do Amanhã

Possui ainda um dos maiores índices de violência do estado. Foram 3.123 homicídios registrados na região durante o primeiro período de 2013. O município também apresenta a menor taxa policial por habitante do estado; cada PM é responsável por 2,2 mil habitantes.

O IDHM¹¹ passou de 0,641 em 2000 para 0,739 em 2010 - uma taxa de crescimento de 15,29%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 27,30% entre 2000 e 2010.

Em 2010, 54,27% dos alunos entre 6 e 14 anos de São Gonçalo estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 30,57% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Ressalte-se que, em 2010, 3,29% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos atingia 12,19%.

Outro dado relevante é que é 6,13% das mulheres entre 10 e 17 anos já possuem filhos.

O projeto é realizado no bairro do Arsenal, localidade que possui graves deficiências nos serviços de saneamento básico, coleta de lixo, saúde e educação. Seus habitantes contam com escassos espaços de socialização e lazer e convivem com um alto índice de violência e tráfico de drogas.

Aqui não temos muitas opções, geralmente (as crianças) brincam nas ruas; qualquer rua que tenha espaço ou na praça quando podem. Nossas crianças precisam de mais lugares para brincarem e aprenderem mais. [...] Nossos jovens estão se perdendo por aí atrás de diversão. Infelizmente tive que responder desse jeito porque é a pura verdade. Nosso Arsenal está abandonado. [...] Respondo em forma de protesto. Como queria que meus 06 netos tivessem algum lugar decente para brincar.¹²

O distrito de Ipiíba, do qual faz parte o Arsenal, possui um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,781; terceiro lugar no ranking dos distritos de São Gonçalo e o nível de renda médio da população é de até 02 salários mínimos. No que diz respeito à moradia e urbanismo verifica-se a existência de grandes conjuntos habitacionais populares advindos de programas

¹¹ Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

¹² Relato de mãe de participante do projeto, disponível em Diagnóstico Participativo do Arsenal e entorno, realizado com e pelos participantes do projeto – documento impresso.

governamentais como “Minha casa, Minha vida”, assim como diversas construções irregulares próximas aos mesmos.

Diagnóstico do território elaborado pela equipe técnica do projeto aponta que:

O Arsenal e seu entorno, devido à existência de fábricas e laboratórios é uma das regiões de maior arrecadação de imposto na cidade de São Gonçalo; porém os indicadores oficiais não são compatíveis à infraestrutura da região e à baixa qualidade de vida de seus habitantes. Nesta região o desenvolvimento econômico não foi sinônimo de desenvolvimento social. O crescimento populacional não teve devido planejamento e nem suficiente investimento: a maioria das ruas não são asfaltadas e o sistema de esgoto tampouco é satisfatório.

Tal diagnóstico foi construído a partir de metodologia participativa envolvendo equipe técnica do projeto, crianças e adolescentes participantes do projeto e a comunidade do entorno. Foram entrevistadas 475 pessoas residentes no entorno da localização da quadra onde as atividades do projeto são realizadas. Os dados coletados confirmam a conclusão apontada pela equipe do projeto. A seguir destacamos alguns indicadores levantados no diagnóstico.

Tabela 04 – Indicadores do Arsenal extraídos do Diagnóstico Participativo

Infraestrutura	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 51% não possui iluminação pública por mau funcionamento dos postes; ✓ 38% dos entrevistados afirmam ser suficiente a coleta de lixo; ✓ 73% dos entrevistados afirmam que sua rua não possui pavimentação; ✓ 48% das pessoas consideram satisfatório o abastecimento em suas casas; ✓ 57% não se sentem satisfeitos com o sistema público de transporte.
Educação	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 72% afirmam que os investimentos sociais no território deveriam

	<p>concentrar-se na qualidade de ensino;</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ 50% afirmam que Educação é um misto da realidade aprendida em casa e na Escola; ✓ 47% consideram que educação é de responsabilidade da família.
Esporte e Lazer	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 85% consideram não ter opções de lazer no bairro. ✓ 46% desejaria ter mais praças e campos de futebol à disposição. ✓ 22% desejam acesso a cinemas e teatros nas comunidades.

Fonte: Elaboração própria, com base em Diagnóstico Participativo do Arsenal e entorno

O projeto Craque do Amanhã se propõe a articular futebol e práticas psicossociais visando gerar um ambiente favorável ao desenvolvimento integral dos participantes, impactando diretamente em três eixos da vida dos participantes (Familiar, Escolar e Esportivo). A cartilha metodológica aponta do Projeto aponta que:

Através da prática esportiva é possível promover a socialização, rotina, cumprimento de regras, disciplina, trabalho em equipe, liderança, respeito, persistência, solidariedade e cooperação, além de proporcionar situações que motivem aprender com os erros e conquistar realizações. Estes valores, concretizados no jogo, são baseados em princípios que devem reger a educação de crianças e adolescentes. Os valores do jogo não são apenas ensinados para serem validados no esporte, mas sim para vigorarem na vida, para lhe traçarem rumos, alargarem os horizontes e acrescentarem metas e meios de alcançá-los (p. 8).

Assinala ainda que o espaço simbólico construído visa favorecer a potência do jovem como transformador, envolvendo crianças e adolescentes em uma atividade produtiva, potencializando laços afetivos e contribuindo para o empoderamento de crianças e adolescentes potentes, que podem vir a ser grandes agentes transformadores de suas comunidades.

O objetivo geral descrito na proposta do projeto é:

implementar projeto educacional e sócio esportivo, na modalidade Futebol, em um centro desportivo, na cidade de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de beneficiar 200 crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, entre 09 e 17 anos, que, preferencialmente, estejam devidamente matriculados na rede pública de

ensino, a fim de proporcionar desenvolvimento integral (físico, psicológico e social) dos participantes e melhoria da qualidade de vida destes e de suas famílias.

São objetivos específicos descritos:

(a) Oferecer treinamento em futebol para crianças e adolescentes residentes em São Gonçalo e que estejam matriculados na rede pública de ensino; (b) promover a saúde de 200 crianças e adolescentes através da prática esportiva; (c) contribuir para melhoria da situação alimentar de 200 famílias, através da distribuição de cestas básicas mensais, totalizando 2.000 unidades; (d) Estimular o exercício de valores educacionais de respeito, persistência, solidariedade e cooperação.

As atividades do projeto estão divididas em três eixos temáticos e constituem-se principalmente, mas não exclusivamente, de dois encontros semanais de 03 horas cada um deles realizado no contra turno escolar onde os participantes recebem lanches, atividades externas de apropriação do território, visitas a museus, equipamentos esportivos e espetáculos culturais, palestras com profissionais de diversas áreas do conhecimento, ações de incentivo à leitura, encontros bimestrais com pais e responsáveis, monitoramento do índice de massa corpórea, participação em campeonatos, jogos e amistosos locais e encaminhamento para políticas públicas. Os participantes recebem mensalmente uma cesta básica, não há bolsa-auxílio em espécie para os participantes.

Tabela 05 – Quadro de ações por eixo temático

Família	Ações de orientação psicossocial dos responsáveis pelos participantes no projeto; oferta de cursos e oficinas para os familiares dos participantes; encaminhamento para serviços públicos disponíveis.
Escola	Visitas periódicas às unidades escolares e sensibilização do corpo docente à metodologia do projeto; acompanhamento da frequência escolar e rendimento dos participantes; realização de ações conjuntas com as escolas.
Esporte	Realização de oficinas esportivas; elaboração coletiva de regras;

	acompanhamento de índices de massa corpórea, pressão arterial, relação cintura/quadril; orientação para alimentação; incorporação de valores e competências.
--	--

Fonte: Elaboração própria, com base na Cartilha Metodológica do projeto.

Os participantes são divididos em seis grupos com aproximadamente 35 participantes por grupo, os grupos são divididos por faixa etária e mistos quanto ao gênero. Destaca-se a observância de oito participantes com algum tipo de deficiência, que também estão agregados aos grupos sem qualquer tipo de distinção.

A equipe técnica do projeto é formada por equipe multidisciplinar e conta com 01 supervisor técnico, 01 coordenador local, 01 psicólogo, 01 assistente social e 04 professores de educação física.

As regras de comportamento e convivência no projeto são definidas coletivamente com o grupo de participante. A partir de reflexões e diálogos foram estabelecidas consensualmente doze regras denominadas, “gols de placa”. Tais regras ficam expostas e claramente visíveis na quadra onde o projeto é implementado.

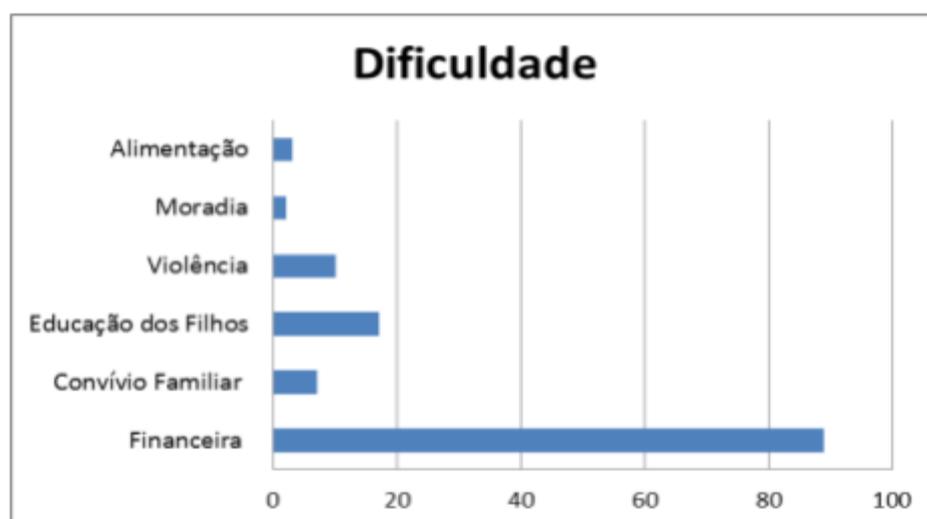
As aulas são divididas em três momentos interconectados, o primeiro momento chamado “aquecimento” visa colocar os jovens no ponto ideal de concentração e resistência física, preparando os movimentos e prevenindo lesões e também é utilizado para realização de dinâmicas reflexivas que trabalhem os valores do esporte como: socialização, rotina, cumprimento de regras, disciplina, trabalho em equipe, liderança, respeito, persistência, solidariedade e cooperação. O segundo momento chamado de “jogo” é o a prática do futebol propriamente dita, onde o participante é estimulado a colocar em prática os conteúdos tratados no primeiro momento. O terceiro momento chamado de “conversa e avaliação coletiva” onde os participantes fazem em conjunto com o professor uma auto avaliação e avaliação do grupo no que tange a apropriação dos conteúdos e valores trabalhados no primeiro momento.

Os dados apresentados nessa comunicação referem-se ao período que teve início em junho/2012 até julho/2014.

Dos 200 jovens participantes do projeto, contabilizaram-se 176 famílias e constatou-se que dessas 65% declararam receber até um salário mínimo por mês e que na sua maioria são trabalhadores informais. Portanto a renda familiar não é constante, ocasionando falta de recursos para suprimento das necessidades básicas. Quanto à faixa etária observou-se o seguinte perfil: 34% dos participantes possuem entre 09 e 11 anos; 34% possuem entre 12 e 14 anos; e 32% possuem entre 15 e 17 anos.

Em pesquisa realizada com os pais, foi perguntado quais são os principais aspectos que dificultam os processos de desenvolvimento de seus filhos, as respostas podem ser auferidas no gráfico a seguir:

Gráfico 01 – Dificuldades nos processos de desenvolvimento das crianças e adolescentes na percepção de pais e responsáveis

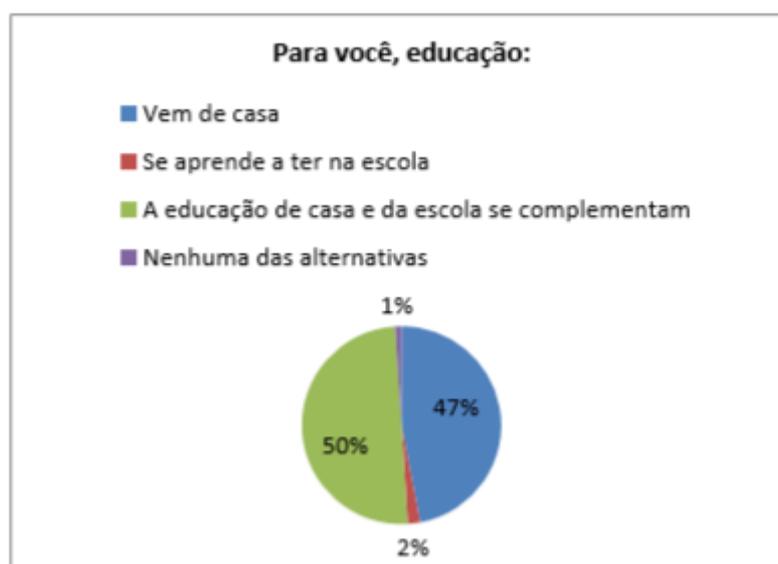


Fonte: Elaboração própria

Como pode ser observado, o aspecto mais relevante, na perspectiva de pais e responsáveis, no que tange às dificuldades no desenvolvimento dos seus filhos, relaciona-se a questões financeiras.

Insta pontuar que, quando questionados acerca da origem da educação, denota-se um entendimento da importância do envolvimento da família e da escola no desenvolvimento das crianças e adolescentes, conforme pode ser observado no gráfico a seguir:

Gráfico 02 – Responsabilidade de educar na concepção de pais e responsáveis dos participantes do projeto



Fonte: Elaboração própria

No grupo focal¹³, realizado com os pais e responsáveis, observaram-se os seguintes resultados:

¹³ O grupo focal contou com a presença de 15 pais ou responsáveis, escolhidos aleatoriamente entre os participantes do projeto.

Tabela 06 – Sistematização pontos fortes, fracos e oportunidades de melhoria do projeto baseada na percepção dos pais e responsáveis

Pontos Fortes	<p>Melhoria do comportamento dentro de casa e na escola;</p> <p>Aumento da autonomia e de senso de responsabilidade dos participantes;</p> <p>Melhoria do rendimento escolar;</p> <p>Melhoria da capacidade de comunicação e expressão dos participantes;</p> <p>Atividades externas e de apropriação de outros espaços da cidade;</p> <p>Ocupação do tempo ocioso dos participantes com atividades seguras.</p>
Pontos Fracos	<p>Não contribui para a melhoria da renda;</p> <p>Não oferece apoio para o mercado de trabalho;</p> <p>Não oferece ações de qualificação profissional;</p> <p>Baixa carga horária semanal.</p>
Oportunidades de melhoria	<p>Aumentar a carga horária semanal de atividades do projeto;</p> <p>Conciliar o projeto esportivo com ações de qualificação profissional e de encaminhamento para o mercado de trabalho;</p> <p>Melhorar o lanche oferecido e os itens constantes da cesta básica.</p> <p>Oferecer reforço escolar nas disciplinas de português e matemática;</p> <p>Oferecer aulas de informática e língua estrangeira;</p>

Fonte: Elaboração própria

Pesquisa realizada com as crianças e adolescentes participantes do projeto apontou os seguintes resultados:

Com relação à satisfação em participar do projeto 98% dos participantes avaliaram como ótimo ou bom, denotando um alto índice de satisfação.

Perguntados sobre o nível de socialização e de comportamento, 92% dos participantes avaliaram que houve melhoras no comportamento em relação aos outros, seja na escola, seja na família ou em outros convívios sociais.

Ainda vale destacar dado relevante quanto à melhoria do relacionamento em grupo, onde 94% dos participantes afirmaram que o projeto ajudou nos processos de socialização e convivência com pessoas diferentes.

92% dos participantes do projeto afirmaram ainda que o interesse pelos conteúdos didáticos oferecidos pelas escolas regulares aumentou depois da participação no projeto.

No grupo focal¹⁴, realizado com os participantes, observaram-se os seguintes resultados:

Tabela 07 – Sistematização dos pontos fortes e fracos do projeto, baseada na percepção dos participantes

Pontos fortes do projeto	Participação em eventos e campeonatos; Passeios e atividades culturais externas; Ter um espaço de lazer para a prática esportiva; Viabiliza equipamentos esportivos, como uniformes, chuteiras, bolas, etc.; Promove contato com jogadores profissionais; Ajuda a aprender a lidar melhor com regras; Ajuda a conhecer novas pessoas; Ajuda a aprender a trabalhar em equipe; Melhora a aproximação com a família.
Pontos fracos do projeto	Baixa carga horária semanal de encontros; Pouca participação em campeonatos; Não oferta de outras atividades de formação, tais como dança,

¹⁴ O grupo focal contou com a presença de 28 crianças e adolescentes participantes no projeto.

	<p>percussão, grafite, etc.;</p> <p>Baixas oportunidades de encaminhamento para times profissionais;</p> <p>Infraestrutura da quadra onde o projeto é ofertado.</p>
--	---

Fonte: Elaboração própria

Baseado em registros de encontros semanais da equipe técnica do projeto, foi possível sistematizar os principais pontos fortes e fracos de acordo com o olhar dos técnicos que atuam no projeto, conforme pode ser observado na tabela a seguir.

Tabela 08 – Sistematização de pontos fortes, fracos e oportunidades de melhoria do projeto baseada na percepção da equipe técnica do projeto

Pontos fortes do projeto	<p>Motivação da equipe;</p> <p>Formação multidisciplinar da equipe;</p> <p>Metodologia do projeto sistematizada;</p> <p>Engajamento das famílias;</p> <p>Fornecimento de cesta básica para os participantes;</p> <p>Impacto no comportamento e socialização dos participantes;</p> <p>Foco em resultados;</p> <p>Impacto no desenvolvimento integral do participante;</p> <p>Recursos financeiros necessários para adquirir os equipamentos esportivos;</p> <p>Visibilidade do projeto;</p> <p>Ter jogadores profissionais como “padrinhos” do projeto;</p> <p>Formalização de parcerias no território.</p>
Pontos fracos do projeto	Quantitativo de profissionais da equipe técnica do projeto;

	<p>Insuficiência do número de vagas ofertadas;</p> <p>Infraestrutura da quadra onde o projeto é ofertado;</p> <p>Dificuldade de acesso onde a quadra está localizada;</p> <p>Dificuldades na interlocução com as escolas, que não fornece as informações necessárias para o monitoramento do rendimento escolar;</p> <p>Subjetividade dos indicadores para monitoramento do desenvolvimento integral do participante;</p> <p>Espaço não exclusivo do projeto (quadra);</p> <p>Violência do território – alto índice de criminalidade no entorno.</p>
<p>Oportunidades de Melhoria</p>	<p>Promoção de atividades de reforço escolar;</p> <p>Oferta de cursos profissionalizantes e encaminhamentos ao mercado de trabalho;</p> <p>Sistematização de conjunto de indicadores objetivo para monitoramento do desenvolvimento integral do participante;</p> <p>Articulação com outros projetos do entorno;</p> <p>Ampliação do escopo do projeto abrangendo temáticas culturais;</p> <p>Ampliação da articulação com as escolas do território.</p>

Fonte: Elaboração própria

Relatórios técnicos do projeto apontam como principais resultados quantitativos do projeto: 07 jovens pessoas com deficiência participando do projeto; 100% das famílias acompanhadas pela equipe psicossocial; 200 jovens monitorados pelo IMC; 51 encaminhamentos para o posto de saúde; 08 encontros com pais e responsáveis realizados; e 83% dos jovens participantes aprovados nas escolas;

Como principais resultados qualitativos destacam: a sistematização da tecnologia social aplicada em cartilha metodológica do projeto; a facilitação do acesso a políticas públicas, como

Bolsa Família, tarifa social (energia elétrica) e encaminhamentos para os postos de saúde da região; a melhoria do comportamento do participante em casa e nas escolas; a contribuição para o desenvolvimento de habilidades e construção de valores.

O relatório destaca ainda a forte interação que o projeto possui com instâncias locais do poder público e com empresas privadas. Ao longo da execução das ações formalizaram-se parcerias com outras empresas, com a UNICEF, com a UNESCO por meio do programa Criança Esperança, com as escolas do entorno e com a Prefeitura da Cidade de São Gonçalo, denotando assim o alto poder mobilizador do projeto para a promoção de desenvolvimento, integrando políticas públicas e ações de investimento social privado.

Como principal desafio do projeto, o relatório aponta a estruturação de um sistema integrado de indicadores que permita avaliar não somente os resultados alcançados, mas o impacto das ações implementados à longo prazo.

CONCLUSÃO

A experiência da implementação do Projeto Craque do Amanhã nos aponta várias pistas que confirmam a hipótese de que o esporte educacional contribui para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, podendo ser utilizado por organizações do terceiro setor no sentido de fortalecer políticas públicas. Entretanto é fundamental sua articulação com políticas de assistência, educação, saúde, dentre outras.

O projeto contribui para o desenvolvimento integral na medida em que, a partir da atuação de uma equipe multidisciplinar, promove um olhar integrado para o conjunto de participantes, vislumbrando suas interações com o contexto local, com os outros participantes e com instituições do território e na medida em que continuamente promove uma interlocução das ações realizadas com conteúdos éticos e morais.

Observou-se ainda que o projeto tem impacto no comportamento dos participantes, no rendimento escolar, no relacionamento familiar e no protagonismo juvenil.

Destaque-se que tais impactos não se limitam aos jovens participantes, mas contribuem para o desenvolvimento das famílias e do próprio território. A escolha dos eixos temáticos parece contribuir significativamente com tais impactos, considerando que escola e família partilham funções relevantes na formação do cidadão.

Observe-se também que foi possível aferir por meio da observação participante a utilização das premissas do esporte educacional, quais sejam: inclusão de todos - meninos e meninas participam do projeto independentemente de raça, credo, origem social; construção coletiva – as regras para o convívio no dia a dia do projeto são construídas coletivamente com os participantes; respeito à diversidade – o projeto promove nas rodas de conversa a importância do respeito à diferença e como a diferença pode incluso agregar valor às relações; autonomia – por meio da instrumentalização para o autoconhecimento e apoio na reflexão à tomada de decisão; educação integral – apropriação de diversos espaços educativos, concepção da multidimensionalidade do participante.

Também foi possível observar a utilização dos princípios constitutivos da participação, de totalidade, de coeducação, de emancipação, de cooperação, de solidariedade, de integração, de liberdade, de autonomia e de preservação da identidade cultural no conjunto de atividades empreendida pelo projeto.

Entretanto, vale destacar que a ausência de um sistema de indicadores consistente que permita monitorar e avaliar sistematicamente tais impactos ainda é uma fragilidade do projeto.

Outro ponto que merece destacada atenção é o fato dos participantes do projeto identificarem como ponto fraco questões relacionadas ao encaminhamento para testes em times profissionais e pouca realização de campeonatos. Tal fato pode indicar que os participantes não compreendem na totalidade o conceito e a proposta do projeto, o que pode aumentar a sensação de frustração, considerando que oportunidades em carreiras de futebol são restritas e que o projeto não possui foco em esporte de alto rendimento. Tal percepção dos participantes parece coadunar com os aspectos levantados pela Teoria Crítica do Esporte, que aponta a reprodução dos



valores do sistema capitalista. Dessa feita é necessário um olhar cauteloso aos processos de implementação e de comunicação do projeto, visando garantir melhor compreensão dos objetivos e impactos almejados.

Outro fator que merece ser destacado relaciona-se à imperiosa necessidade de articulação com a municipalidade, visando facilitar e garantir o acesso a informações que permitam um melhor monitoramento dos impactos do projeto.

A realização de projetos de esporte educacional pode contribuir para o desenvolvimento integral dos indivíduos e dos territórios onde esses vivem. É preciso ampliar as pesquisas na área a fim de subsidiar tal implementação, garantindo que o esporte não seja apenas uma replicação do modelo e padrões capitalistas e também estabelecer indicadores consistentes que permitam a aferição de tal efetividade.

Rio de Janeiro

Rua Cons. Saraiva 28, 8º andar
Centro - Rio de Janeiro
CEP: 20091-030
55 21 3094-4555

Rio de Janeiro

Av. Rio Branco, 4, 7º andar
Centro - Rio de Janeiro
CEP: 20090-903
55 21 3553-3031

São Paulo

Rua José Bonifácio, 250 - 6º andar
Centro - São Paulo
CEP: 01003-000
55 11 3105-2229

BIBLIOGRAFIA

BARBIERI, César Augustus Santos. Esporte educacional: uma possibilidade de restauração do humano no homem. Canoas: Ed. ULBRA, 2001.

BETTI, Mauro. A Janela de Vidro. Esporte, Televisão e Educação Física. 2ª Ed. Campinas, SP: PAPYRUS, 1998.

BRASIL. Constituição Federal. 1988

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990.

BROHM, Jean Marie. Sociología Política del Deporte. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

BRONFENBRENNER, U.; MORRIS, P. A. The ecology of developmental processes. In: DAMON, W.; LERNER, R. M. (Org.). Handbook of child psychology. New York: John Wiley, 1998. v. 1 [Theoretical models of human development].

CEDECA. A INFÂNCIA ENTRA EM CAMPO - Riscos e Oportunidades para Crianças e Adolescentes no Futebol. Salvador. 2014

CIEDS. Cartilha de Capacitação – Craque do Amanhã – Rio de Janeiro. 2013

CIEDS. Diagnóstico Participativo do Arsenal e entorno – Craque do Amanhã – Rio de Janeiro. 2013

CIEDS. Projeto Técnico – Craque do Amanhã – Rio de Janeiro. 2012

CIEDS. Relatórios Narrativos – Craque do Amanhã – Rio de Janeiro. 2012 a 2014.

FERREIRA, N. T. Qualidade de Vida, Meio Ambiente e Esporte: Focos de Complexidade. In: MOREIRA, W.W.; SIMÕES, R. (Org.). Esporte como fator de qualidade de vida. Piracicaba: Editora da UNIMEP, 2002, p. 50.

FREIRE, João Batista; SCAGLIA, José Alcides. Educação como prática corporal. São Paulo: Scipione, 2003.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007

GONÇALVES, Antônio Sérgio. Reflexões sobre educação integral e escola de tempo integral. Cadernos Cenpec 2006 n. 2. SP.

GUARÁ, Isa Maria F. R. Educação e desenvolvimento integral: articulando saberes na escola e além da escola. In: Aberto, Brasília, v. 22, n. 80, p. 65-81, abr. 2009.

GUEDES, S., et all. Projetos sociais esportivos e as novas trajetórias dos atletas profissionais. In: Anais do 30º Encontro Anual da ANPOCS. Ano?

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Pesquisa de Informações Básicas sobre os Municípios de 2009.

KALOUSTIAN, Sílvio Manoug (Org.). Família Brasileira a base de tudo. 10ª edição. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: UNICEF 2011.

KREPPNER, K. (1992). Developing in a developing context: Rethinking the family's role for children development. In L. T. Winegar & J. Valsiner (Orgs.), Children's development within social context (pp. 161-179). Hillsdale: Lawrence Elbaum Associates.

KUNZ, Elenor. Transformação didático-pedagógica do esporte. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2006.

LAKATOS, E. M.; MARCONE, M. de A. - Fundamentos de metodologia científica. 4.ed., São Paulo, Atlas, 2001. 288p

LEONTIEV, (1978). O desenvolvimento do psiquismo. Lisboa: Horizonte Universitário.

MAHONEY, A. A. (2002). Contribuições de H. Wallon para a reflexão sobre as questões educacionais. In V.S. Placco (Org.), Psicologia & Educação: Revendo contribuições (pp. 9-32). São Paulo: Educ.

MARTINS, D. F. ; CASTRO, R. L. V. G. ; REZER, R.; SHIGUNOV, V. O esporte como papel de uma reunião social. RECE. Revista Eletrônica de Ciências da Educação, Campo Largo - Pr, v. 1, n. 1, 2002.

MENDONCA, Maria Helena Magalhães de. O desafio da política de atendimento à infância e à adolescência na construção de políticas públicas equitativas. Cad. Saúde Pública[online]. 2002, vol.18, supl., pp. S113-S120. ISSN 0102-311X.



REGO, T. C. (2003). Memórias de escola: Cultura escolar e constituição de singularidades. Petrópolis, RJ: Vozes

RIZINI, I, et all. Políticas sociais em transformação: crianças e adolescentes na era dos direitos. In: Educar em Revista, Paraná – n° 15 – 2009

SCAGLIA, José Alcides. Escolinha de futebol: uma questão pedagógica. MOTRIZ - Volume 2, Número 1, Junho/1996. PP. 36-46.

SCAGLIA, José Alcides. O futebol e os jogos/brincadeiras de bola com os pés: todos semelhantes, todos diferentes. Tese de Doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2003.

TUBINO, Manuel José Gomes. O que é o esporte. São Paulo: Brasiliense, 2006.

UNESCO. Report by the Director-General on the work of the International Congress on Population Education and Development. Paris: UNESCO, 1993.

UNESCO. Carta Internacional de Educação Física e Esporte. Paris: UNESCO, 1978.

UNESCO / FUNDAÇÃO VALE. O esporte como possibilidade de desenvolvimento. – Brasília: UNESCO, Fundação Vale, 2013. 30 p. – (Cadernos de referência de esporte; 7).

UNICEF. O direito de ser adolescente: Oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades / Fundo das Nações Unidas para a Infância. – Brasília, DF : UNICEF, 2011.

UNICEF. Guia de Orientações para os Municípios do semiárido / Fundo das Nações Unidas para a Infância. – Brasília, DF : UNICEF, 2011.

VAZ, Alexandre Fernandes; TORRI, Danielle. Teoria crítica do esporte: apontamentos. In: Revista virtual EFArtigos - Natal/RN - volume 03 - número 15 - dezembro – 2005.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Trad. de Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2001.